

Parlamentarismo esvazia o Senado

■ Emenda não define papel dos senadores, que virariam meras figuras decorativas

VALÉRIA BLANC

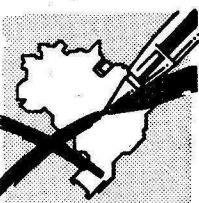
Decorativo, na opinião do parlamentarista Amir Lando (PMDB-RO). Descartável, para seu colega presidencialista Darcy Ribeiro (PDT-RJ). Enfraquecido, para Leôncio Martins Rodrigues, professor de Ciência Política da Unicamp. O papel desempenhado pelo Senado, se o parlamentarismo fosse aprovado no plebiscito de abril, é — além disso — um mistério.

Nem os redatores da emenda parlamentarista à Constituição se atreveram a tocar no assunto: cerziram as atribuições do presidente da República, do primeiro-ministro e da Câmara dos Deputados — a vedete do sistema. E onde deveriam ser especificadas as funções do Senado, ficou um buraco.

Constrangimento — Um buraco que deixa os defensores do sistema constrangidos e embaralhados ao tentarem explicá-lo. O Senado representa os estados da Federação e, no parlamentarismo, em geral, é uma casa de poucos poderes: não pode participar das discussões políticas ou da composição do governo — privilégios dos deputados federais, representantes diretos do povo.

O deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) — da linha de combate da Frente Parlamentarista — atribui a omissão à ciumeira provocada pelas prerrogativas da Câmara: “Nossa emenda não trata do Senado porque entendemos que abriríamos um conflito sem necessidade. Perderíamos o ano inteiro em discussões. Por que nos colocarmos em luta com nossos amigos sem saber se o sistema será aprovado?”.

Ele admite, porém, que a ideia é manter o Senado, “com suas atribuições reduzidas”. Ou seja: não poderia ser dissolvido, mas também não derrubaria o gabinete nem indicaria o primeiro-ministro. “Os senadores deveriam ter iniciativa apenas sobre projetos de lei de interesse da federação”, acrescenta.



Darcy: os parlamentaristas escondem realidade

Darcy Ribeiro acha certa a vitória do presidencialismo, mas bombardeia o vazio deixado na emenda. “No regime de gabinete, o Senado ficaria desgastado porque iria apenas referendar o que a Câmara tivesse decidido. Mas os parlamentaristas não dizem isso agora, porque temem perder votos dos senadores no plebiscito.”

O senador José Fogaça (PMDB-RS) é contra mandar a instituição para o espaço, caso o parlamentarismo vença. “O Senado garante o equilíbrio federativo e continuaria tratando de toda a matéria financeira do governo. Apenas não teria um papel político proeminente”, minimiza.

Para o cientista político Leôncio Martins Rodrigues, as atribuições

dos senadores seriam enfraquecidas, sobretudo porque “não poderiam escolher o primeiro-ministro” — a quem caberia manter a unidade de orientação política e administrativa e indicar os ministros.

Embora decorativa, na análise de Amir Lando, não seria recomendável extinguir a Casa. “Mas, sem dúvida, ela perde sua função de câmara revisora. Apenas aprovaria nomes de autoridades, como ministros do Supremo Tribunal Federal.”

A polêmica generalizada não ajuda o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) — convertido ao presidencialismo depois do plebiscito interno do PT: ele disse não saber como ficaria o Senado sob um regime de



Lando: o Senado deixaria de ser a casa revisora

gabinete e fez apenas uma ressalva. “Embora o PT tenha defendido a unicameralidade na Constituinte de 1988, minha impressão hoje é outra. Acho que o Senado é mais progressista do que a Câmara.”

O problema é que a resposta para a controvérsia viria somente depois do resultado do plebiscito, através da revisão constitucional — cuja data também virou polêmica entre os parlamentares.

Em princípio marcada para outubro, a *Miniconstituinte* ainda pode ser antecipada — se depender, principalmente, de economistas preocupados em acelerar a reforma tributária — ou adiada, como querem políticos para os quais o Congresso eleito em 90 não tem legitimidade para fazer a revisão.

Isabela Kasson — 23/3/92

Luiz Antonio — 22/6/92